XI ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Jequié, 28 e 29 de setembro de 2026

EDUCAÇÃO EM SAÚDE SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Wallace Almeida Gonçalves[1]
Isa Clara Andrade Sousa[2]
Flávia Duranes Souza[3]
Tamiles Souza Oliveira[4]
Vanda Palmarella Rodrigues[5]
Juliana Costa Machado[6]

Introdução

A violência contra mulher (VCM) é todo ato que infringe os direitos e qualidade de vida da mulher, sendo um problema de saúde pública que tem ceifado vidas de mulheres cotidianamente. Ademais, configura-se violência doméstica todo ato de injúria baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, moral e ou patrimonial (Brasil, 2006).

No Brasil, dados do ano de 2025 da Organização Mundial da Saúde (OMS) computou 155.111 denúncias com média de 425 casos/dia levando em consideração os 12 meses em um ano. A Central de Atendimento à Mulher, por meio do Ligue 180, de responsabilidade do Ministério das Mulheres, registrou, 1.088.900 atendimentos, o que significa quase 3 mil/dia (Almeida, 2026).

Diante deste aspecto, a VCM tem a demanda das interlocuções intersetoriais a fim de enfrentar e prevenir casos de violência por meio das ações políticas, sociais e econômicas a qual os governos têm o dever de assistir toda sociedade (Machado, 2022). No entanto, dificuldades estão sendo encontradas na efetivação e fortalecimento dessas políticas públicas para o combate e enfrentamento da violência.

Objetivo

Relatar experiências de oficinas intituladas “Violência contra a mulher: reconhecer, refletir e romper o silêncio”, desenvolvidas em duas comunidades do município de Camamu do interior da Bahia.

Descrição da Experiência

[1]Fisioterapeuta. Mestrando do Programa de Pós-graduação em Enfermagem e Saúde (PPGES) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: wallacealmeidaaga@gmail.com.
[2]Fisioterapeuta. Mestranda do PPGES da UESB, Campus de Jequié. E-mail: fisioisaclaraandrade@gmail.com.
[3]Acadêmica do Curso de Graduação em Odontologia da UESB, Campus de Jequié. Bolsista de Iniciação Científica da UESB. E-mail: flaviaduranes18@gmail.com.
[4]Enfermeira. Mestranda pelo PPGES da UESB, Campus de Jequié. E-mail: enfatamilesoliveira@gmail.com.
[5]Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do PPGES da UESB. E-mail: vprodrigues@uesb.edu.br
[6]Enfermeira. Doutora em Ciências da Saúde. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem e do PPGES da UESB. E-mail: juliana.costa@uesb.edu.br

As oficinas foram mediadas por dois profissionais fisioterapeutas, contaram com uma média de 30 participantes em cada oficina, predominantemente mulheres. As atividades foram realizadas em salas de aula de escolas disponibilizadas pelas duas comunidades, sendo uma delas uma comunidade quilombola situada em área de mata, caracterizada pelo difícil acesso e pela distribuição espaçada das residências, algumas distantes entre si por quilômetros. Para favorecer a interação e a participação coletiva, o espaço foi organizado em círculo. No centro, foram dispostos objetos simbólicos relacionados ao ser mulher, além de livros e materiais sobre feminismo negro, masculinidades e violências.

A metodologia se deu de forma dialogada participativa, valorizando a escuta e a construção do conhecimento de forma coletiva. Os facilitadores utilizaram linguagem acessível e compreensível a fim de estimular reflexões sobre o reconhecimento e o rompimento do ciclo de violência.

A oficina foi organizada por diferentes momentos, iniciando com acolhimento, apresentação da proposta e contextualização da temática. Na sequência, realizou-se a dinâmica “A Teia”, utilizando barbante como recurso simbólico para promover integração e refletir sobre a responsabilidade coletiva e a importância da rede de apoio. Posteriormente, a dinâmica “É violência ou não é?” possibilitou a problematização de situações cotidianas relacionadas às diferentes formas de violência, estimulando a participação e a reflexão sobre comportamentos naturalizados.

A partir das situações discutidas, foram abordadas as formas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, seguidas de uma discussão sobre o ciclo da violência e violência obstétrica, suas repercussões e as dificuldades para o rompimento de relações violentas. Também foram apresentados os principais serviços e caminhos da rede de apoio e proteção às mulheres.

Ao final, os participantes foram convidados a refletir sobre o papel da comunidade no enfrentamento da violência, por meio da dinâmica “Eu posso contribuir para combater a violência contra a mulher quando...”, com a construção coletiva de um mural com propostas e atitudes de proteção. O encontro foi encerrado com a retomada dos principais aspectos discutidos, reforçando a importância da escuta, do acolhimento, da não culpabilização das mulheres e da atuação comunitária no enfrentamento da violência.

Repercussões

A experiência evidenciou a dificuldade da efetivação das políticas de enfrentamento a VCM pela distância e acesso às comunidades, principalmente em dias chuvosos, instabilidade ou inexistência de sinal de operadoras telefônicas para acionar a polícia e disque 180, a falta de existência das Delegacias Especializadas a Mulher, fechamento das Delegacias de Pronto Atendimento nos fins de semana, bem como, a falta de casa de apoio às mulheres e seus filhos diante da emergência de se retirar da residência.

Oito em cada dez delegacias especializadas não prestam atendimento 24 horas, embora episódios de violência ocorram com frequência à noite e nos fins de semana, e que a maioria das comarcas brasileiras não possui jurisdição especializada para violência contra a mulher. De acordo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, municípios de até 100 mil habitantes concentram metade dos feminicídios do país, mas Delegacias da Mulher existem em apenas 5% desses municípios e casas-abrigo em cerca de 3% deles (Migalhas, 2026).

Ademais, estudo com mulheres trabalhadoras rurais no interior da Bahia evidencia que as desigualdades de gênero podem produzir processos de invisibilização e silenciamento, sobretudo quando suas experiências e trajetórias são atravessadas pela submissão, opressão, restrição de direitos e isolamento. A possibilidade de compartilhar e rememorar essas vivências coletivamente contribui para o reconhecimento de suas próprias histórias,

favorecendo a ressignificação de experiências de opressão e a construção de uma compreensão mais crítica acerca das relações de gênero presentes em seu cotidiano (Franco, 2018).

Em contrapartida, a oficina proporcionou reflexão e novas estratégias para o enfrentamento da VCM, como fortalecimento da comunidade diante de casos de violência, contatos diretos com autoridades civis, grupo de WhatsApp entre mulheres de comunidades próximas e perspectiva de futuro projeto piloto de um grupo de homens para abordar a temática de VCM em parceria com autoridades religiosas locais, além de um fórum de jovens para ser discutido masculinidades nas suas diferentes perspectivas.

Considerações Finais

O relato evidencia dificuldades ainda encontradas na efetivação das políticas de enfrentamento a violência, mas demonstra que é capaz construir novas maneiras de enfrentamento pensando na realidade local e comunitária. Para além disso, quando criados espaços de escuta e diálogo, a comunidade se fortalece, empodera, cria novos caminhos e auto analisa realidades pessoais e enquanto Território a fim de quebrar ciclos violentos, educar homens sensíveis e empoderar mulheres desde sua infância.

Por fim, a experiência reforçou, enquanto profissionais de saúde, a importância de assumir um papel social ativo junto à comunidade, compreendendo que a atuação profissional ultrapassa os limites dos serviços de saúde e envolve também a construção de espaços de diálogo, acolhimento e transformação social. Nesse sentido, ações pautadas na escuta qualificada, na troca de saberes e na participação comunitária podem contribuir para a formação de cidadãos mais conscientes, responsáveis e sensíveis às diferentes formas de violência e às desigualdades presentes no cotidiano.

A experiência possibilitou, ainda, reconhecer a comunidade como espaço potente de produção de conhecimentos e fortalecimento de redes de apoio, evidenciando que o enfrentamento da violência contra a mulher demanda não apenas intervenções individuais, mas também o compromisso coletivo com a prevenção, a proteção e a construção de relações mais equitativas e livres de violência.

Descritores: Violência contra a Mulher. Educação em Saúde. Ação Comunitária para Saúde.

Referências

ALMEIDA, Daniella. **Em 2025, 70% das agressões contra mulheres ocorreram dentro de casa**. Agência Brasil, Brasília, 15 abr. 2026. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2026-04/em-2025-70-das-agressoes-contra-mulheres-ocorreram-dentro-de-casa. Acesso em: 15 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Presidência da República**. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, ago. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11340.htm. Acesso em: 15 set. 2026.

FRANCO, Maria Asenate Conceição. "Eu vejo o futuro repetir o passado": histórias de mulheres trabalhadoras rurais baianas e as violências de gênero, "guarda-chuva" de violações de direitos femininos. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 31, n. 1, p. 243-263, 2018. DOI: 10.14393/CEF-v31n1-2018-13. Disponível em: https://doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-13. Acesso em: 15 set. 2026.

MACHADO, Juliana Costa; SANTOS, Charles Souza; SIMÕES, Aline Vieira; SOUZA, Sinara de Lima; RODRIGUES, Vanda Palmarella; VILELA, Alba Benemérita Alves. Dimensão prática das representações sociais de agentes comunitários de saúde sobre violência doméstica contra a mulher. **Enfermería Global**, Murcia, v. 21, n. 68, p. 216-257, 2022. Disponível em: https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v21n68/pt_1695-6141-eg-21-68-216.pdf. Acesso em: 15 set. 2026. DOI: https://doi.org/10.6018/eglobal.503591

MIGALHAS. **STF**: Ministros destacam déficit de varas e delegacias de proteção à mulher. Migalhas, 19 ago. 2026. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/amp/quentes/462780/ministros-destacam-deficit-de-varas-e-delegacias-de-protecao-a-mulher. Acesso em: 15 set. 2026.

Utilização da Inteligência Artificial Generativa

Para a elaboração deste resumo, foi utilizada ferramenta de inteligência artificial generativa exclusivamente como recurso de apoio à revisão textual, com a finalidade de aprimorar a coesão, clareza e adequação da linguagem. A concepção do estudo, análise, interpretação das informações e conteúdo científico são de responsabilidade dos autores, que realizaram a revisão e validação integral do texto final.

Eixo Temático 1: A saúde coletiva no enfrentamento da violência